

*“If I have a son
I'll teach him to be brave
'Cause if I have a son
He's never really safe*

[...]

*But no matter what you say, no matter what you do
This world will never be as friendly to you
I wanna keep you close, I wanna keep you safe
I hope I see the day where I don't have to pray
Every time you go”*

(If I have a son – Ruth B.)

De-matar: Um conceito antropológico sobre a maternidade negra brasileira

EMANUELLE DE OLIVEIRA CAMOLESI¹

Resumo: A presente resenha busca explicar e difundir o conceito antropológico de Luciana de Oliveira Rocha, um conceito que pode ser uma ferramenta importante na compreensão das dimensões do racismo brasileiro, ao integrar aos estudos acadêmicos raciais o *de-matar*, um ato de sobrevivência e amor advinda de mães racializadas, que lutam pela continuação de sua prole.

Palavras chave: Racismo; estudos raciais; maternidade negra;

Abstract: This review tries to explain and disseminate the anthropological concept of Luciana de Oliveira Rocha, a concept that can be an important tool in understanding the actions of Brazilian racism, by integrating in the racial research studies the *de-matar*, an act of survival and love coming from racialized mothers, who fight for the continuation of their offspring.

Keywords: Racism; racial studies; black motherhood;

¹ Graduanda de Bacharel em História na Universidade Federal Fluminense, campus de Campos dos Goytacazes.

O texto “*De-matar: Maternidade negra como ação política na ‘pátria mãe’ (gentil?)*”² da autora negra Luciane de Oliveira Rocha, phd em Antropologia Social pela The University of Texas at Austin, propõe um novo conceito para o estudo da raça no Brasil. Utilizando-se do método de entrevistas semi estruturadas com 3 mães negras de jovens vítimas da violência policial no Rio de Janeiro, Rocha (2015) trás o conceito de *de-matar*.

De-matar é uma adaptação do conceito de *de-lincar*³ de Grete Vera-Rosas (2014), que expressa os atos de *de-lincagem* de mães racializadas e imigrantes nos Estados Unidos, que ao rejeitar as autoridades e suas leis, estão sonhando com “[...] futuros alternativos de liberdade de fronteiras de raça, classe social, sexo e de cidadania [...]” (VERA-ROSAS, 2014, p.15 *apud* ROCHA, 2015, p.186).

Numa premissa parecida, Rocha aplica o conceito de *de-matar* aos esforços de mães negras em manter seus filhos vivos no sistema racista brasileiro que associa a raça negra à violência e criminalidade, utilizando-se de estigmas raciais que justifiquem as suas mortes. Esses esforços de *de-matar*, seriam com o intuito de que a juventude negra não seja interrompida ou que a verdadeira memória de sua maternidade negra prevaleça. A autora explica que a vulnerabilidade da população negra à violência - principalmente policial - e à morte, origina-se na “[...] falta de incorporação de negros e negras no processo de construção da nação como parte importante e contribuinte ao processo [...]” (ROCHA, 2015, p.195) e na história da antinegitude no Brasil.

A história da antinegitude tem raízes no determinismo biológico de inferioridade da raça negra em comparação a raça branca em todos os aspectos comportamentais e racionais, que com discursos patologizantes apontam a raça negra como o grande problema no desenvolvimento da sociedade brasileira. Como argumenta Rocha (2015), “[...] o discurso hegemônico da delinquência foca no individuo negro, que é visto como um criminoso inerente e, como autor e causa de sua própria condição.

² ROCHA, Luciane de Oliveira. **De-matar: Maternidade Negra como Ação Política na "Pátria Mãe (Gentil?)"**. In: Antinegitude: O Impossível Sujeito Negro na Formação Social Brasileira. 1 ed. Chahoeira: Editora UFRB, 2015, p.197-202.

³ Traduzido por Rocha de *vde-linking*.

O único tratamento possível seria, portanto, a sua eliminação. [...]” (ROCHA, 2015, p.180).

Trazendo à discussão os autores Nina Rodrigues (1932), Arthur Ramos (1942) e Florestan Fernandes (1978), a autora ilustra como o pensamento brasileiro quanto à raça negra “[...] criaram a justificação moral para as estruturas das agências de controle social [...]” (ROCHA, 2015, p.179), legitimando uma base ideológica genocida no Brasil.

Para Nina Rodrigues, a raça era “[...] um fenômeno biológico inerentemente hierárquico.” (ROCHA, 2015, p.179) e por ser um defeito biológico, os negros seriam sempre inferiores e a miscigenação racial seria a decadência psicocultural da raça branca. Com isso, Rodrigues tomou para si a missão de alertar a população racional desse grande perigo, afinal o negro possuía, biologicamente, uma aptidão para o crime. Já Arthur Ramos, segundo a autora, acreditaria “[...] que os negros tinham feito contribuições culturais inegáveis para o Brasil, mas por causa de sua aculturação incompleta, permaneceram em um estágio inferior de desenvolvimento mental e cultural. [...]” (ROCHA, 2015, p.180).

Florestan Fernandes (1978) em “*A integração do negro na sociedade de classes*” discute, segundo Rocha, sobre as dificuldades da população negra em adaptar-se à expansão urbana, dizendo que “as mulheres negras relatam uma maior facilidade de ajuste ao trabalho livre” pois essa foi a parcela da população negra que “tiveram o maior contato permanente com os brancos, o que facilitou as relações paternalistas de estilo antigo.” (FERNANDES, 1978, p.65 *apud* ROCHA, 2015, p.182). Fernandes relata como as mães negras se mostravam chocadas com o desrespeito e a desumanização de seus filhos por seus patrões; e ao analisar os problemas socioculturais e psicossociais enfrentados pela população negra, Fernandes associa a preguiça, o alcoolismo, a prostituição, o suicídio e não entender a instituição familiar, como as características negras que tornam as crianças negras um problema para a sociedade, uma vez que estas se encontram, geralmente, sendo cuidadas por outras pessoas (ROCHA, 2015, p.182).

A maternidade negra é essencialmente coletiva, de acordo com Rocha, por vários motivos: pela necessidade das mães negras de continuarem trabalhando,

consequentemente deixando seus filhos com vizinhos, familiares e afins; a falta da legalização do trabalho feminino e negro que impede o atendimento de crianças em hospitais; até mesmo o trabalho infantil advém da necessidade do aumento da renda baixa que a população negra enfrenta na nossa sociedade.

Devido a essas bases de pensamento brasileiro instituídas por esses e outros pensadores de diversas áreas, a maternidade negra sempre esteve ameaçada. Essas mulheres que são violadas de forma dupla em uma interseccionalidade entre o racismo e o machismo, são marcadas pelo preconceito socio racial como “mães de bandido”, onde elas carregam a culpa e são acusadas por qualquer violência cometida pelos membros de sua família, ao não os educar corretamente. Esse estigma, segundo Rocha seguiria “[...] a mesma lógica patologizante de Nina Rodrigues que culpabiliza a população negra por sua não integração plena na sociedade. [...]” (ROCHA, 2015, p.186).

Exatamente por isso, essas mulheres, negras, pobres e muitas vezes faveladas, precisam enfrentar com coragem contra a violência urbana cotidianamente para assegurar sua maternidade. Rocha afirma que “[...] a desvalorização da vida negra é institucionalizada através de corporativismo, corrupção, hierarquia interna e poder entre os policiais militares. [...]” (ROCHA, 2015, p.187). Com o entendimento desse mecanismo capitalista, machista, paternalista e patriarcal, “[...] as mães negras que buscam justiça têm que criar estratégias para divulgar seu sofrimento e fazer o sistema trabalhar enquanto *de-matam* a memória de sua maternidade.” (ROCHA, 2015, p.187).

Rocha então trás 3 histórias de mães negras como exemplos de como essas mulheres tentam *de-matar* a si mesmas (como o exemplo de Marcia Jacinto que ao perder seu filho de forma brutal em uma operação policial teve de *de-matar* a si mesma ao tentar demonstrar ao Estado e à sociedade que seu filho era amado por uma boa mãe, empenhando-se em substituir o estigma de “mãe de bandido” por uma tradução de seu sofrimento negro como uma mãe de vítima de violência) e seus filhos (como o exemplo de Nilza dos Santos que *de-matou* seu filho ao entregá-lo às autoridades ao perceber que se não o fizesse, ele seria morto) em uma tentativa de proteger os seus e assegurar o futuro de sua prole. E quando não conseguem protegê-los, elas devem *de-matar* a memória de sua maternidade, mostrar que seus filhos eram pessoas amadas e bem cuidadas (como o exemplo de Joana Dark que já esperava a morte de seu filho, pois ele

havia sido seduzido pelo que Rocha (2015) descreve como ‘fetiche do poder’ que seria a posse de bens materiais e o status que a criminalidade proporcionava. O *de-matar* de Joana foi a tentativa de mantê-lo vivo mesmo que ainda estivesse envolvido em crimes e a constante preocupação em mantê-lo longe dos mesmos).

A importância desse novo conceito - *de-matar* - para o estudo da raça no Brasil é que este proporciona um enfoque para um assunto pouco desenvolvido no Brasil, a maternidade negra. Rocha diz que, “Se o principal recurso do genocídio é a morte negra, a maternidade tenta evita-lo através de atos de *de-matar* baseado fundamentalmente no amor ao fruto do seu ventre gerador de negritude. [...]” (ROCHA, 2015, p.195). A autora propõe que as mulheres negras são primeiras na subsistência e no movimento de resistência da população negra em meio à antinegitude que submete as crianças negras como “[...] sistematicamente alvos e suscetíveis à violência (como vítimas e agressores) [...]” (ROCHA, 2015, p.185).

Revista
CONVERGÊNCIA
CRÍTICA